

Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques na jurisprudência dos Tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA

1. Aumento de indenização é negado a trabalhadora atingida por objeto arremessado por colega de trabalho

☞ A 6ª Câmara do TRT-15 manteve o valor de indenização por dano moral concedida a empregada atingida na cabeça por um grampeador, afastando pedido de majoração por entender que o valor já atendia aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que o arbitramento de indenizações por dano moral deve observar a proporcionalidade entre o ato, a culpa e o impacto do dano, evitando a atribuição de valores desmedidos ao empregador que possam gerar insegurança jurídica.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/6a-camara-nega-aumento-de-indenizacao-empregada-atingida-na-cabeca-por-grampeador>

2. TST mantém validade de audiência virtual questionada por empregado

☞ O TST negou pedido de anulação de processo sob alegação de nulidade de audiência virtual. A Corte considerou que a modalidade de videoconferência é legítima e não viola o direito de defesa, desde que garantidas as condições técnicas de participação.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão consolida a segurança jurídica das audiências virtuais e reforça que sua validade independe da forma presencial, desde que assegurada a estabilidade da conexão, ampla defesa e o contraditório.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/designer-nao-consegue-anular-processo-em-que-questionava-audiencia-virtual>

3. Empresas são condenadas solidariamente a pagar indenização e pensão vitalícia por acidente no local do trabalho

☞ O TST manteve condenação das empresas ao pagamento de indenização e pensão mensal vitalícia a eletricista que sofreu queimaduras de terceiro grau durante manutenção

de painel elétrico. A Corte entendeu configurada a culpa patronal por falha nas medidas de segurança.

📌 **RELEVÂNCIA:** O caso reforça o dever do empregador de garantir condições de trabalho seguras e fiscalizar a terceirização dos serviços com a adoção dos equipamentos de proteção, sob pena de responsabilização solidária pelos acidentes decorrentes.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/negado-recurso-do-metro-df-contra-indenizacao-a-eletricista-que-sofreu-queimaduras-graves-em-acidente>

4. Empresa é condenada por acidente ao exigir que mecânico dirigisse caminhão

📌 O TST manteve condenação de empresa que obrigou mecânico a dirigir caminhão sem treinamento ou autorização, resultando em acidente. O Tribunal reconheceu o desvio de função e a exposição indevida ao risco.

📌 **RELEVÂNCIA:** O julgado alerta que a atribuição de tarefas além das funções contratadas, especialmente em atividades de risco, gera responsabilidade direta do empregador por danos materiais e morais.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/empresa-e-condenada-por-acidente-com-mecanico-que-teve-de-dirigir-caminhao>

5. Supermercado não é responsável por dívidas trabalhistas de empresa que administra estacionamento

📌 O TST afastou a responsabilidade de um supermercado por dívidas trabalhistas de empresa terceirizada responsável pela administração do estacionamento do estabelecimento. O Tribunal entendeu que não houve participação direta do supermercado na prestação dos serviços, que se limitavam à administração do estacionamento por empresa autônoma, não caracterizando terceirização típica nem atividade-fim.

📌 **RELEVÂNCIA:** O julgado evidencia a importância de estruturar contratos que não impliquem subordinação direta ou interferência operacional, a fim de evitar o reconhecimento de responsabilidade subsidiária.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/supermercado-nao-e-responsavel-por-divididas-trabalhistas-de-empresa-que-administra-seu-estacionamento>

6. Intervalo entre aulas integra a jornada de trabalho dos professores

💡 O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento de que o recreio e os intervalos entre as aulas integram a jornada de trabalho dos professores, por constituírem períodos em que o docente permanece à disposição da instituição de ensino, exercendo atribuições de supervisão, assistência e organização do ambiente escolar. A Corte também ressaltou que a regra não é absoluta: se comprovado que o professor utiliza o intervalo para atividades estritamente pessoais, sem qualquer vínculo com suas funções, o período poderá ser excluído da jornada — sendo do empregador o ônus de demonstrar essa situação excepcional.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão alerta empregadores para a necessidade de controle adequado da jornada, revisão de normas internas e atenção na organização das atividades.

🔗 <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/recreio-e-intervalo-entre-aulas-integram-jornada-de-trabalho-de-professores-decide-stf/>

7. Decisão do TJ SP sobre tutela de urgência em ACP ambiental envolve CAR, APP e Reserva Legal

💡 O TJ SP deu provimento ao agravo do Ministério Público e determinou que os proprietários suspendam intervenções em APPs, retifiquem o CAR e apresentem projeto de restauração. A decisão se baseou em parecer técnico que apontou inconsistências no CAR, ausência de demarcação adequada de APPs e reserva legal e risco de dano ambiental. O Tribunal aplicou o princípio da precaução para autorizar medidas imediatas.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a crescente exigência do Judiciário por regularização ambiental completa e atualizada, especialmente no CAR, APPs e Reserva Legal, com maior rigor na análise técnica e a importância da conformidade ambiental.

🔗 [2215324-41.2025.8.26.0000](#)

8. TJSP confirma inexistência de nexo causal e mantém improcedência em ação ambiental por incêndio em APP

💡 O TJSP manteve a improcedência da ação civil pública em que o Ministério Público buscava responsabilizar proprietários e arrendatários por incêndio que atingiu APP. O Tribunal concluiu que o fogo teve origem externa e desconhecida, sem relação causal com qualquer conduta dos réus, e verificou que a área já se encontrava em regeneração natural, apoiada por projeto técnico de restauração. Assim, a recuperação espontânea não foi

interpretada como reconhecimento de culpa, mas como ausência de omissão e diligência ambiental.

📌 **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça que o nexo causal é requisito essencial para responsabilização civil ou administrativa por queimadas, crucial para evitar autuações indevidas em propriedades atingidas por fogo que vem de terceiros ou de causas naturais. Ainda, destaca a importância de medidas preventivas documentadas e de projetos técnicos de restauração registrados, que funcionam como prova de diligência do produtor e são valorizados pelo Judiciário.

🔗 [1000646-34.2021.8.26.0397](https://www.conjur.com.br/2021-nov-23/queimadas-na-terra-de-terceiros-nao-podem-ser-referidas-a-apps)

9. STJ delimita proteção de restingas como APPs apenas em casos específicos

📌 O STJ decidiu que a vegetação de restinga somente será considerada como APP quando estiver numa faixa de até 300 metros da linha da preamar ou quando cumprir funções de fixação de dunas ou estabilização de mangues. A Corte negou o pedido para que toda vegetação de restinga fosse automaticamente classificada como APP, independentemente de função ou localização.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão traz maior clareza sobre onde incidirão restrições ambientais específicas ligadas à vegetação de restinga, o que pode afetar imóveis rurais ou atividades agropecuárias em faixa costeira ou próximas ao litoral e, ainda, reforça a importância de um estudo de viabilidade ambiental e de mapeamento preciso nas zonas litorâneas, evitando surpresas em licenciamento ou medição de restrições em imóveis rurais.

🔗 <https://www.conjur.com.br/2025-nov-12/restinga-so-tem-protecao-permanente-se-fixar-dunas-ou-protoger-mangues/>

10. TJSP restabelece ação penal por supressão de vegetação em APP

📌 O TJSP deu provimento ao recurso do Ministério Pùblico e determinou o recebimento da denúncia por supressão de 0,3 hectare de vegetação de restinga localizada em APP. A Corte afastou a aplicação do princípio da insignificância ao reconhecer que o dano ambiental era relevante e incompatível com a atipicidade material, com isso, o processo criminal deverá prosseguir regularmente.

📌 **RELEVÂNCIA:** O acórdão reafirma o entendimento de que intervenções em APP, ainda que de pequena área, tendem a ser enquadradas como dano ambiental relevante, o que reduz a possibilidade de exclusão de tipicidade por insignificância.

 [1500531-56.2022.8.26.0126](#)

11. TJSP mantém condenação por intervenção irregular em APP e rejeita pedidos da defesa e do MP

 O TJSP negou provimento aos recursos do Ministério Público e da defesa, mantendo a condenação de proprietário rural por dificultar a regeneração de vegetação em APP, nos termos do art. 48 da Lei 9.605/1998. A Corte rejeitou a alegação de prescrição, afastou a tese de insignificância e reconheceu que o dano, cerca de 1.100 m² aterrados, era relevante e comprovado por laudos.

 **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça a firme posição do TJSP de que intervenções em APP, mesmo para obras pequenas ou de uso interno do imóvel, configuram infração penal quando sem autorização.

 [1516684-43.2020.8.26.0577](#)

12. TJSP anula sentença em disputa sobre IPTU em área com APP

 O Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu anular a sentença de primeira instância em uma ação envolvendo a cobrança de IPTU sobre imóvel com parte em APP. A discussão tratava da incidência do imposto e da necessidade de considerar as limitações ambientais no cálculo do valor venal. Como não foi realizada perícia para medir o alcance real das restrições ambientais, o Tribunal reconheceu o cerceamento de defesa e determinou que o processo volte para a origem para produção de prova técnica.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que áreas ambientalmente protegidas continuam sujeitas ao IPTU, mas suas restrições podem influenciar o valor do imóvel.

 [1021256-62.2022.8.26.0114.pdf](#)